

## JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MAURO GUIMARÃES — Diretor

MARCOS SÁ CORREA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

15 MAI 1988

JORNAL DO BRASIL  
Maluquice Geral

O tabelamento dos juros pela Constituinte é o último espetáculo de humor de terceira classe com que os brasileiros e brasileiras mereciam ser brindados, pela mão do populismo que tenta desenhar a nossa moldura institucional para os próximos anos, ou décadas.

Os 314 votantes dessa proposta mostram como o palco armado em Brasília se distanciou da análise mais sensata da origem dos nossos problemas, preferindo alvejar a superfície, em lugar de atirar em profundidade. Pois o que é o juro, em resumo, senão o reflexo dos custos para movimentar o dinheiro poupado e remunerar o investidor?

Poucas são as pessoas no Brasil que prestam atenção para o que está acontecendo com a poupança nacional. Os grandes déficits públicos estão drenando cerca de 80% da poupança disponível para financiar as necessidades de dinheiro da máquina pública, e só o governo se beneficia com dinheiro barato.

Essa é outra indecência nacional. Enquanto um pequeno, médio ou grande empresário é obrigado a tomar empréstimos pagando juros reais, isto é, juros acima da correção monetária, o governo se beneficia de financiamentos no *overnight* sem pagar juro nenhum; apenas corrigindo monetariamente as aplicações.

Vivemos uma peça de teatro na qual os constituintes populistas se esmeram em levar ao palco os bandidos errados, somente para preservar nos bastidores aqueles que interessam aos seus propósitos eventualmente estatizantes da economia, ou de, simplesmente, angariar votos entre os ignorantes.

Essa piada armada em Brasília para tabelar os juros em 12% reais deixa de lado outro problema sério neste país, onde a mentira e a trapaça provam ter mais fôlego do que sete gatos. O que é juro *real*, em resumo?

Basta olhar para trás, e ver as confusões armadas com a correção monetária, para entender que o "real" pode ser mascarado, garfado ou simplesmente esquecido. No Plano Cruzado inventou-se uma estabilidade fictícia, que quase arrebenta com a poupança nacional, empurrada para estoques de imóveis, para aplicações especulativas, para a compra de dólares e a fuga para o exterior.

Depois do Cruzado continuou-se desrespeitando o conceito simples de que o dinheiro, como qualquer outro ativo, tem um preço, e foge se lhe fixam um valor irreal. O Plano Bresser, vendido ao país como salvação da lavoura, inventou uma URP combinada com uma taxa de remuneração da poupança que simplesmente *esqueceu* um pedaço da inflação do mês em que foi criada.

No Brasil, na verdade, o cidadão que poupa ou a empresa que tenta preservar seu capital de giro são tratados como bandidos ou inimigos da economia, não para beneficiar o pequeno ou médio empresário, ou o

agricultor que precisa de taxas de juros baixas para produzir. O grande beneficiário das farsas armadas sobre as taxas de juro é o déficit público. São as empresas públicas falidas pela má administração e altamente endividadas. Se mais de dois terços da poupança nacional vão esbarrar nas mãos de um governo quebrado, esse é o beneficiário de todos os calotes que se passam na poupança, e de todas as medidas populistas que tentam mascarar a realidade dos custos financeiros.

O tabelamento dos juros ignora, de quebra, a permeabilidade que toda economia tem — ou deveria ter — a fatores externos. Por mais que queiram isolar o Brasil do resto do mundo, este é um país que não sobreviverá se fechar suas portas para as exportações e importações. Ora, exportar e importar requer uma taxa de câmbio, e taxa de câmbio é algo que deve refletir fielmente a inflação externa e a interna, além da capacidade competitiva do produto nacional em relação ao exterior.

Ao interferir na fixação do preço real do dinheiro no mercado interno, essa medida da Constituinte coloca o sistema financeiro no limbo. Ninguém baixa taxa de juros no grito, ou por lei. O que reduz taxa de juros é o controle da inflação, e juros altos contribuem para conter a inflação, ao frear a demanda especulativa e a formação de estoques.

Não há constituição no mundo que faça a taxa de juros baixar enquanto o déficit público equivale a 7% do Produto Interno Bruto. Medidas que desarticulem a poupança nacional irão contribuir, isto sim, para empobrecer ainda mais o país, criando a falsa ilusão de que os "agiotas" foram contidos.

Se a Lei da Usura fosse suficiente para baixar as taxas sozinhas, por que não baixou? Por que essa lei foi revogada? O Brasil continua patinando na fúria de fazer leis porque isso rende dividendos a parlamentares, alguns dos quais têm antecedentes de maus devedores não só das taxas, mas do principal. Ao seu lado, sem dúvida alguma, poderiam se sentar os segmentos do sistema financeiro que continuam vivendo no Brasil com a síndrome do banqueiro suíço, ignorando as brasas que lhes espalham sob os pés. Não há dúvida nenhuma de que, entre os deputados que votaram o tabelamento dos juros, muitos existem que o fizeram de boa fé, pensando em conter uma febre que é visível e sensível para todos os brasileiros. Se atiraram na superfície da água em lugar de lançarem bombas de profundidade, certamente o fizeram por ineficiência do trabalho de educação e convencimento que deveria ter sido exercido. Como quer que seja, a passagem de uma lei que revoga a lei maior da oferta e da procura somente contribui para o ridículo. Tudo vira piada neste país. Por maior que seja a dose de bom humor dos brasileiros, ela não resiste à maluquice de tantos saques a descoberto.